



RELATÓRIO GABINETE

Em virtude da queda nos repasses dos recursos constitucionais que somam mais de R\$ 1.000.000,00, e frente às incertezas quanto à economia brasileira decorrente da crise política que vivemos em 2015, esta Administração relegou ao segundo plano todos projetos de investimento previstos no PPA e LDO/2015 e priorizou os serviços considerados essenciais para o atendimento da população.

Pagamentos de decisões judiciais, precatórios e indenizações, inviabilizaram as aquisições de veículos e o atendimento aos turistas na Alta Temporada.

Na SAÚDE reduzimos o plantão para 14 horas nos dias úteis já que temos no município uma médica do programa mais médico que atende na ESF durante o dia e uma médica do programa PROVAB do Estado que atende o Distrito de Sta Rita do Sul. Reduzimos o atendimento das especialidades como fisioterapia, fonoaudiologia, ginecologia, pediatria. Redução na compra de medicamentos de ambulatório e também não foi possível adquirir uma nova ambulância para atender o interior prejudicando consideravelmente o atendimento à população rural.

Na EDUCAÇÃO terceirizamos dois ônibus escolares, pois a frota é antiga e não foram licitados novos veículos escolares pelo programa "Caminhos da Escola" do Governo Federal. Tivemos grande dificuldade de implantar a escola de Educação Infantil "Primeiros Passos", desde a locação do prédio até a alocação de professores, já que com a queda de repasses, o índice da folha de pagamento ultrapassou o limite prudencial e não foi possível realizar concurso para preenchimento das vagas. Com recursos vinculados, foi concluído o Ginásio esportivo na localidade da Parada Bonita e uma pequena reforma nas salas de aula.

Na ASSISTÊNCIA SOCIAL realizamos cadastramento de famílias nas políticas sócias, num processo de busca ativa aos usuários dos serviços públicos através do CAD ÚNICO e do programa Bolsa Família incluindo estas nos projetos de geração de renda, no CRAS e auxiliamos a regularização documental para o Programa de moradia popular MCMV do governo Federal. Infelizmente não foi possível investir num novo loteamento popular, pois os recursos livres foram todos direcionados para o pagamento de serviços médicos e transporte de pacientes para a média e alta complexidade.

Na SEGURANÇA: Concluímos toda a documentação para a entrega de um novo posto de atendimento para os órgãos de segurança do Estado do RS, que deverá ser entregue em Abril. O município investe em segurança privada já que nosso efetivo é deficiente e não há previsão junto ao governo estadual de recomposição.

Na DEFESA CIVIL, foram realizados levantamentos dos locais de maior risco de alagamento das estradas, laudos de prejuízos nas três SITUAÇÕES DE EMERGÊNCIA declaradas em 2015, mas não obtivemos recursos Federal nem Estadual. Realizamos várias audiências com o DAER para resolver os problemas das pontes e em especial a ponte João Goulart com sérios riscos devidos à grande corrosão das peças estruturais, mas não conseguimos que este órgão assumisse a reforma. Estamos reformando as pontes de madeira com recursos próprios e orçando as peças e mão de obra para a reforma da Ponte João Goulart (estimada em R\$ 500.000,00) As enxurradas causaram grandes prejuízos à nossa malha viária que com exceção da ERS 350, é toda de terra e hoje trafegam nela muitas carretas acima da tonelagem permitida causando rachaduras e desmoronamentos da base das estradas. Na intenção de conseguir recursos para reconstrução de pontes e da estrutura viária, foi enviado à Câmara de vereadores projeto de lei de criação do PEDÁGIO URBANO durante a temporada de verão, cujo valor garantiria a reforma da malha viária e da infraestrutura física da orla que também ficou destruída pela enchentes e pelo aumento do nível da Lagoa dos Patos durante 2015. Mesmo com a aprovação da comunidade através de AUDIÊNCIA PÚBLICA, o projeto não foi aprovado e a possibilidade financiamento da ponte com teto de R\$ 1.600.000,00 junto ao BRDE (outro projeto enviado baseado em orçamentos junto às empresas), também não foi aprovado, inviabilizando qualquer tentativa de financiamento para as reformas necessárias principalmente nas estradas por onde escoamos nossa produção de arroz principal atividade econômica do Município. O maior investimento possível desde 2013, foi a canalização da drenagem pluvial de ruas que nas enxurradas alagavam casas nos bairros com solo argiloso.

TURISMO CULTURA E MEIO AMBIENTE.

A destruição da orla em novembro, com queda de árvores, muro de contenção, buracos nos calçamentos, provocou muitos danos na infraestrutura turística às vésperas da Temporada de Verão prejudicando um dos segmentos que tende a se expandir na nossa região, o Turismo. Com a queda na arrecadação, não pudemos atender com a mesma atenção e qualidade nossos visitantes, pois muitos eventos não aconteceram, incluindo nestes o Carnaval (maior evento da temporada) que nesta temporada foi realizado em parceria com a iniciativa privada, com investimentos públicos apenas de infraestrutura como banheiros químicos, segurança e atendimento médico. Também os demais eventos tiveram investimento menor (shows, rodeio, campeonatos,..).

Nosso SANEAMENTO BÁSICO, outra demanda prioritária, pois desenvolver o município sem contaminar nosso maior patrimônio é nosso maior objetivo. Temos dois projetos em andamento. O projeto da sede está a cargo da FUNASA com atraso de mais de dois anos para entrega. O projeto de Sta Rita está na FEPAM aguardando alterações que decorrem de aquisição por parte do município de uma outra área para a estação de tratamento (impossível de ser efetuada no momento).

f

Temos investido em elaborar leis que protejam nosso meio ambiente, colbam as podas irregulares(muito comum), infelizmente não temos tido êxito na Câmara de Vereadores, pois além de alterarem os projetos, os vereadores deram isenções de cobrança de taxa de recolhimento nos meses com mais podas e galhos a serem coletados (maio, junho e julho), cuja empresa contratada cobra R\$ 16.000,00 para recolher estas matérias entre suas outras atividades(limpeza e manutenção das vias e prédios públicos), causando um prejuízo financeiro considerável aos cofres públicos. Outro projeto em tramitação (2015) é o de incentivo a colocação de filtros anaeróbicos nas residências para impedir a contaminação do lençol freático, mas que se arrasta há meses na casa legislativa.

Está em andamento a formalização da COLETA SELETIVA através de uma cooperativa formada por munícipes amparados pelo "Projeto Alicerce", cujo objetivo é a promoção social e econômica das famílias em vulnerabilidade.

O município através da Secretaria de Planejamento concluiu a reforma e mobília do CENTRO CULTURAL INÚBIA, obra iniciada em 2007, onde tivemos que investir R\$ 100.000,00 de recursos a maior do conveniado para poder concluí-la. Os esforços foram necessários porque este espaço permite que muitas atividades que dependiam de locação, contratação de sonorização e iluminação, agora poderão ser realizadas sem custos para a municipalidade.

ARRECADAÇÃO

O município ajuizou as dívidas a contar de 2010, criou a lei do REFAZ para parcelamentos e redução das multas, promoveu dois leilões de imóveis autorizados em lei, mas que não tiveram êxito. Enviamos para a casa Legislativa projeto para recuperação do valor venal dos imóveis, atualização inflacionária, e desconto para pagamento à vista. Os vereadores retiraram parte do texto que permitia a valorização em 6%, mas mantiveram o desconto de 10%, fazendo com que o município perca ainda mais recursos, pois o reajuste inflacionários foram na ordem de 8%.(em 2015 o desconto de IPTU somou R\$ 135.000,00). Outro projeto enviado à câmara foi o da Contribuição De Iluminação Pública- CIP, já que a tarifa atual não cobre os custos, mas também obteve rejeição na casa.

Com o incremento do método de ensino Positivo, autorização para o ensino de nove anos e com a implantação da escola de Educação Infantil, obtivemos um aumento no repasse do FUNDEB na ordem de R\$ 300.000,00 proporcionando assim uma educação de qualidade a totalidade dos alunos deste município.

A Fiscalização tributária junto ao setor de ICMS proporcionou um incremento na arrecadação ficando o nosso município em primeiro lugar na região com índice de 3,1. Este incremento corresponde a R\$ 200.000,00, mesmo com a queda na arrecadação estadual e de R\$ 280.000,00 a menor para Arambaré para a Saúde. O FPM caiu aproximadamente R\$ 730.000,00.

RECURSOS HUMANOS

f

As dificuldades financeiras impediram que o município investisse em capacitações como vinha ocorrendo desde 2013. Mantivemos a folha de pagamento em dia graças a redução das horas extras, diárias, alteração na jornada de trabalho: administrativo – 6 horas, saúde com turno de 12 horas. Enviamos para a Câmara de vereadores pelo terceiro ano consecutivo projeto de lei para a redução do valor da Hora extra (de 100 para 50%), sem êxito novamente. Este fato impacta diretamente o Índice da folha impedindo novos concursos, aumentos reais de salário. Está em andamento o Novo Plano de Carreira para os funcionários efetivos, incrementando uma escala vertical incentivando a formação e capacitação dos servidores.

Com tantas dificuldades, principalmente as financeiras, nós os gestores, perdemos no dia a dia o poder de decidir, alocar recursos, viabilizar o atendimento da comunidade que exige cada vez mais seus direitos constitucionais e serviços públicos de qualidade. Isto acontece em decorrência da sua dependência ao poder legislativo, que mantém sempre a atenção voltada a seus eleitores e não à comunidade como um todo. No nosso pequeno município, mudanças estruturais são urgentes, pois nossas leis e códigos tributários são arcaicos. Temos um regime jurídico com mais de 20 anos contendo vantagens e atribuições nos cargos que já não condizem com a atualidade das funções mas que não conseguimos viabilizar pois há sempre o interesse pessoal acima do coletivo.

É urgente que se pense na mudança de regras do Pacto Federativo, na interferência do poder Legislativo no Executivo, para garantir a autonomia entre os poderes. Senão um prefeito, um governador, um presidente, não precisarão ter Planos de governo (registrados em cartório), PPAs, LDO,... pois não conseguirão desenvolvê-lo já que dependerão do Congresso Nacional, da Assembleia Legislativa e da Câmara de vereadores de seus municípios (que aprova o PPA, LDO, ..), e que mesmo prometendo zelar e fiscalizar pelo bem do povo, acabam inviabilizando o desenvolvimento de seus municípios, de seus Estados e de seu País.


Joselena Becker Scherer

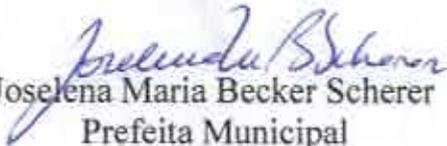
Prefeita Municipal de Arambaré



RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DA PREFEITA MUNICIPAL DE ARAMBARÉ

Relatório Circunstanciado sobre a Gestão da Prefeitura Municipal de Arambaré – Exercício Financeiro de 2015

Conforme instruções contidas no Artigo 113, Inciso I, alínea “a” da Resolução nº. 544/00 apresentamos o Relatório Minucioso da Administradora Sra. Joselena M^ª. Becker Scherer através de seus setores, referente à Tomada de Contas do Exercício Financeiro de 2015, constando as metas físico-financeiras previstas, alcançadas, conforme o que foi estabelecido no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e no Orçamento Anual de (2015). Segue anexa também declaração da Administradora de que os agentes públicos que desempenharam atividades nessas instituições estão em dia com a apresentação das declarações de bens e rendas, conforme art. 5º. Da Resolução TCE/RS nº. 833 de 2008.


Joselena Maria Becker Scherer
Prefeita Municipal

**MEDIDAS ADMINISTRATIVAS RELEVANTES NO PERÍODO
COMPREENDIDO ENTRE OS MESES DE JANEIRO A DEZEMBRO.**

ANEXOS